

# INTERNO E INTERNACIONAL: fronteiras, continuidades ou semelhanças? Notas sobre Gramsci e Waltz relacionadas ao Terceiro Debate Teórico em Relações Internacionais

Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos\*

**Resumo:** o objetivo do texto é propor uma breve discussão sobre eventuais semelhanças, igualdades e diversidades envolvendo o plano interno e o plano internacional a partir de um cotejo crítico envolvendo uma brevíssima apresentação de formulações teóricas de Antonio Gramsci e Kenneth Waltz.

**Palavras-chave:** Gramsci. Waltz. Teoria das Relações Internacionais.

**Abstract:** the aim of this text is to provide a brief discussion on possible similarities, equal formulations and differences concerning internal level and international level from a critical comparison between a brief presentation of Antonio Gramsci's and Kenneth Waltz theoretical formulations.

**Keywords:** Gramsci. Waltz, International Relations Theory.

## 1 Introdução

A literatura acadêmica em Relações Internacionais convencionou chamar de Terceiro Debate<sup>1</sup> a contenda teórica entre formulação de grande impacto a partir de 1979, o realismo ou neorealismo ou realismo estrutural de Kenneth Neal Waltz (1924-2013) e seus críticos. Partindo desta advertência inicial, coloca-se como objetivo da presente reflexão o cotejo entre algumas formulações do acadêmico norte-americano mencionado e do comunista italiano Antonio Gramsci (1891-1937).

É sabido que Gramsci serviu de fonte e de inspiração para diversas formulações que Waltz no contexto do referido debate, notadamente a teoria crítica conforme seus princípios enunciados por Robert W. Cox e outros autores, normalmente rotulados como gramscianos e neogramscianos<sup>2</sup> dentro da vertente conhecida como teoria crítica. Dentro das discussões que ensejaram o referido debate, sabe-se, por motivos cronológicos e pela morte de Gramsci em 1937, que nunca houve uma contenda direta entre ambos. Porém, dado o pretexto de que houve e ainda há enorme onda de estudos gramscianos nas humanidades e no próprio campo teórico das Relações Internacionais, um breve cotejamento entre os dois autores seria ponto digno de consideração neste tema.

Não é o objetivo do texto tratar das leituras e interpretações de Gramsci conforme os diferentes teóricos críticos, mas sim buscar elucidar alguns aspectos sobre o plano internacional elaborados pelo prisioneiro de Mussolini pertinentes ao temário

do Terceiro Debate em questão a partir, tanto quanto possível, de algumas fontes primárias de sua obra pré-carcerária e carcerária. Evidentemente que tal empreitada na perspectiva gramsciana demandaria esforço e espaço de grande envergadura; por isso, nosso foco recairá principalmente sobre alguns parágrafos do caderno carcerário 13, notadamente o parágrafo 17, em função de sua centralidade e relevância do ponto de vista da metodologia histórica adotada por Gramsci como critério fundamental dentro de sua obra carcerária. Acrescente-se também o fato de que os autores neogramscianos referidos usam, na sua grande maioria, edições limitadas da obra do comunista italiano, o que inviabiliza o contato com formulações relevantes de sua obra carcerária para o temário internacional.<sup>3</sup>

Além disso, a abordagem por boa parte desses autores suscita uma inacuracidade com o marxismo gramsciano dentro daquilo que se poderia chamar de paroquialismo, em uma livre interpretação de Quentin Skinner (1969). Por outras palavras, a abordagem gramsciana fica prejudicada em vista destes autores se apropriarem do universo intelectual que lhes é familiar, distanciando-se em muitos aspectos de elaborações fundamentais do comunista italiano.<sup>4</sup>

É neste sentido que se pretende contribuir modestamente - lançando elementos para futuras pesquisas - na presente reflexão relacionando-a de algum modo ao Terceiro Debate: um contraponto gramsciano em suas fontes originais que permitam elucidá-lo de modo mais acurado em relação a

algumas formulações centrais de Kenneth Waltz.

No que refere a Waltz, usar-se-á formulações contidas em seus dois principais livros: "O Homem, o estado e a guerra" (WALTZ, 2004) - cuja redação terminou em 1954 - e "Teoria das Relações Internacionais" (WALTZ, 2002) - cuja publicação original na língua inglesa data de 1979. Também não é o objetivo tratar deste autor de modo exaustivo, mas reconstruir aspectos centrais de seu argumento para o cotejamento que se intenta desenvolver neste texto e a busca de uma resposta ao problema central do mesmo.

A questão central que orienta o presente texto é a seguinte: em conformidade com os autores mencionados, o plano internacional tem a sua especificidade que o aparta do âmbito interno dos Estados ou possui continuidades que denotam igualdades ou semelhanças entre os dois níveis, ou ainda ambos se relacionam em alguns aspectos de algum modo?

A hipótese que acompanhará a exposição do argumento consiste na pertinência da argumentação gramsciana de um vínculo das relações internacionais com o plano interno ao nível de uma relação lógica com as relações sociais fundamentais, isto é, as devidas especificidades em uma totalidade orgânica. A totalidade em questão envolve o âmbito endógeno dos países com as devidas especificidades e o plano do além-fronteiras para a explicação de tais níveis. Tal pertinência coloca uma objeção à explicação waltziana, focada na explicação internacional em termos sistêmicos como apartada da política interna dos Estados, resultando na separação dos diferentes níveis de análises ou imagens (WALTZ, 2004).

O texto percorre os seguintes momentos com vistas a uma resposta ao problema central exposto: uma relação entre as formulações teóricas precoces e tardias de Waltz demonstrando a centralidade de três autores em seu raciocínio: Durkheim (2000), Rousseau (2002) e Lakatos (1987). Tais fontes embasam a sua abordagem sistêmica de uma abordagem teórica centrada nos aspectos sistêmicos do plano internacional. Posteriormente, um esboço gramsciano centrado para a indagação proposta e uma elaboração crítica às assertivas waltzianas, buscando demonstrar o vínculo orgânico na perspectiva das devidas especificidades em contexto de totalidade e historicidade abordando os planos interno e internacional. Por fim, a conclusão resume os principais argumentos e lança questionamentos para futuras investigações e reflexões.

## **2 As primeiras formulações de Waltz e sua posterior sistematização teórica: o interno e sua irrelevância para a teoria do além-fronteiras**

As três imagens ou níveis de análise constituíram o primeiro esboço de Waltz nos anos 50 do século XX para tratar de uma teorização das relações internacionais em torno da seguinte indagação central: quais as causas das guerras?

A primeira imagem foi associada às imperfeições da natureza humana como causa dos conflitos bélicos, tendo Baruch de Espinosa (1632-1677) como expoente da reflexão sobre o tema o filósofo. Um tema tão vago, amplo e subjetivo como a natureza humana poderia suscitar as mais diferentes interpretações sem que pudessem atender às questões metodológicas centrais enunciadas por Kenneth Waltz. Isto é, um filtro focado na reflexão psicológica e filosófica sobre a natureza da individualidade humana não responde àqueles aspectos indicativos da linha de raciocínio, do filtro dos dados e informações para uma elaboração científica de modo objetivo, sem pré-conceitos ou juízos de valor prévios.

Em outras palavras, Waltz estabeleceu como critério para sua linha de raciocínio o que ele chama de imagens; algo como uma espécie de filtro, um método para buscar responder à sua indagação ou para separar aquilo que é pertinente para as relações internacionais na enorme massa de fenômenos que constitui a realidade além das fronteiras. A despeito dos diferentes filtros ou imagens priorizarem certos aspectos e explicarem aspectos importantes dos fenômenos no além-fronteiras, nem todos tratam de modo adequado das causas da guerra.

Dito de outra forma no que refere à primeira imagem, estabelecer uma conexão, um ponto em comum entre as causas das guerras no além-fronteiras e toda a avaliação sobre o entendimento da natureza do homem demandaria adentrar pontos não objetivos, impossíveis de serem constatados e observados por todos. Tal é o cerne da dificuldade no que concerne a abordagens no âmbito da psicologia e da filosofia. Neste ponto e nas demais etapas da argumentação waltziana, é central a linha de argumento da sociologia clássica de Émile Durkheim (2000) referente ao seu conceito de fato social, talvez mais do que o próprio Waltz dê notícia em seus textos.

Veja-se o conceito do sociólogo francês. O fato social corresponde a

[...] toda maneira de agir fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior ou então ainda, que é geral na sua extensão de uma sociedade dada, apresentando uma existência própria, independente das manifestações individuais que possa ter (DURKHEIM, 2000, p. 52).

Seriam exemplares da perspectiva durkheimiana de fato social geradora de uma coerção externa sobre o indivíduo e extensiva a toda a uma sociedade: o direito, a moral, a moda, o mercado, a educação, o suicídio, a religião e a solidariedade.<sup>5</sup> Uma manifestação fenomênica que atingisse um indivíduo no plano explicativo da psicologia ou de uma definição de cunho filosófico não se encaixaria nesta linha de raciocínio.

Valer-se de uma abordagem afim ao tema da identificação do caráter bom ou mau da natureza humana remete, com a definição acima em mente, àquilo que Waltz (2004) formula aludindo a Durkheim: não se pode conceituar ou explicar nenhuma forma social através do fator psicológico. Tal nível de elaboração e reflexão guarda um ponto de contato com a vagueza e indefinição que as abordagens de cunho filosófico sobre a natureza humana que Spinoza empreende. Por outras palavras, distintas abordagens nesses campos de conhecimento podem ensejar as mais distintas interpretações, com diferentes juízos de valor ou assertivas de cunho subjetivo, parcial e pessoal. Ou seja, o entendimento de uma natureza humana boa ou má é algo passível de ser compreendido sem uma conclusão única. Sendo a natureza humana bondosa ou perversa, não há a possibilidade de se constituir uma avaliação mais precisa se o indivíduo tomado isoladamente é responsável pelo curso dos fatos que leva a todo tipo de belicismo.

A despeito de uma eventual importância de todos os aspectos de ordem psicológica e filosófica para a compreensão da causalidade das guerras, Waltz percebe a insuficiência da primeira imagem para dar conta de sua indagação central. Afinal, os “eventos a serem explicados são tantos, e tão variados, que a natureza humana possivelmente não pode ser o único determinante” (WALTZ, 2004, p. 102).

A título de conclusão parcial, pode-se reter que o plano interno a partir da perspectiva dos indivíduos e sua natureza não têm uma importância para a explicação do nível internacional.

Passa-se, então, a outro filtro para tomar por base outro nível analítico ou imagem. A segunda imagem versa sobre a natureza dos diferentes

governos das sociedades. O autor paradigmático para tal filtro seria Immanuel Kant (1724-1804).

Para o filósofo prussiano, a trajetória humana universal, mediada inclusive por conflitos violentos, apontaria para uma perspectiva finalista resultante de uma federação de repúblicas. Entende-se república aqui de modo distinto da definição tradicional. Um governo republicano na acepção kantiana é aquele que separa o poder executivo do poder legislativo proporcionando uma natureza de moderação, de publicidade do direito - inclusive dos tratados entre os distintos Estados -, pontos identificados com o anseio dos cidadãos (KANT, 1989). Assim, não há o interesse por parte dos cidadãos das repúblicas mencionadas na medida em que se identificam tais iniciativas como prejudiciais aos seus próprios interesses. A república identificada com tal ideário seria, em tese, o melhor governo para eliminar as causas das guerras.

Contudo, há uma restrição. Ela aponta novamente para a linha de raciocínio posta pela assertiva metodológica durkheimiana do fato social. Um fato social independe dos juízos, preferências pessoais, prenoções, preconceitos e congêneres. É um fato exterior a todos os indivíduos em dada sociedade de modo absolutamente distanciado, em perspectiva objetiva de se produzir um conhecimento sociológico científico. Isto não se coaduna com análise do que seja um governo bom ou ruim ou com qualquer preferência ou avaliação sobre a melhor forma de condução política de um dado Estado. Qualquer que seja a orientação ou designação dada a este ou aquele governo, haverá padrões de continuidade na história apontando para a possibilidade e a prática das guerras porque não haverá consenso sobre a natureza moderada de um governo e seu eventual nexos com a origem das guerras. Associar um governo moderado a uma guerra será objeto de avaliação, no mínimo, controversa. Alguns concordarão e outros discordarão na análise de diferentes governos, suas eventuais naturezas moderadas e seus nexos com a origem dos conflitos bélicos interestatais. Tudo isto leva à conclusão parcial de que se torna questão secundária se o governo ou o Estado são democráticos, liberais, capitalistas, socialistas, fascistas etc. Objetivamente, a despeito de alguma capacidade explicativa, tal imagem se mostra insuficiente para a questão central levantada por Waltz.

Isso posto, depreende-se também a lacuna explicativa do plano atinente aos governos e suas

respectivas orientações, formatos. Portanto, percebe-se também a vicissitude do filtro da segunda imagem. A título de conclusão parcial, Waltz descarta qualquer relevância de maior monta para a explicação da origem das guerras e da compreensão do plano internacional da primeira e da segunda imagens; segue a tradição da maioria dos autores realistas que separa e desvincula o plano interno dos Estados para a compreensão das relações internacionais. Não há objetividade nos argumentos atinentes à esfera doméstica no sentido de se pensar e avaliar o plano internacional.<sup>6</sup> Do ponto de vista metodológico, tal tese se coaduna com a sociologia de Émile Durkheim, ampliando o raciocínio do sociólogo francês pensado inicialmente para os indivíduos. No caso da discussão sobre as causas das guerras, ele é deslocado para os Estados. Ao invés de indivíduos tomados isoladamente em perspectiva de cunho psicológico ou filosófico, a linha de raciocínio faz o mesmo com os Estados considerados separadamente em linha de raciocínio que leva às duas imagens já explanadas.

Passa-se à terceira imagem, simbolizada pelo filósofo genebrino Jean-Jacques Rousseau (1712-1778). A imagem em questão reproduz a perspectiva de uma anarquia internacional, conforme os intérpretes do filósofo em questão. O argumento rousseauiano tem como ponto de partida um Estado identificado com seus concidadãos, que contempla a vontade geral de toda a sociedade.

Conforme Rousseau (2002), mesmo que o conjunto dos Estados fosse efetivamente legítimo com seus governos e contemplassem o bem comum, o interesse de todos os cidadãos - a vontade geral -, eles não estariam imunes ao ambiente de um estado de natureza sem regras e sem autoridade no além-fronteiras. Trata-se, portanto, de uma ambiente no além-fronteiras propício ao risco e à manifestação da violência interestal. Uma vez que não há no contexto internacional uma autoridade superior que reproduza o Estado e sua ação soberana no interior de seu território, até mesmo os bons Estados, laudatórios da vontade geral, sucumbem ao meio no qual estão inseridos.

Este é o cerne do argumento de Waltz para sustentar a pertinência da terceira imagem para as relações internacionais e para o diagnóstico de que um ambiente anárquico no além-fronteiras somente pode pôr fim às guerras com o eventual advento de

um governo mundial (WALTZ, 2004). Assim, Waltz coloca em evidência uma explicação sistêmica do ambiente dos estados quando alude ao primado do estado de natureza na sua conduta. O sistema internacional ou a estrutura com sua feição anárquica molda a ação dos Estados individualmente, retomando metodologicamente a assertiva durkheimiana sobre o papel exterior e coercitivo do fato social frente a todos os indivíduos.

Este resumo de sua formulação primeva serviu de base para a sua sistematização que referenciou o debate teórico internacionalista a partir de 1979.

Dentre outros pontos, Waltz acrescentou à sua formulação mais tardia o refinamento de um componente epistemológico, isto é, referente à natureza do conhecimento ou da teoria científica com a qual se lida. Tomou a formulação de uma teoria científica na perspectiva da unidade epistêmica conhecida como programa de pesquisa ou programa de investigação, cunhada por Imre Lakatos (1987). O nome desta unidade epistêmica é sugestivo. Em se tratando de um programa, é uma sequência de distintas teorias sobre um determinado campo do conhecimento científico. Tal sequência pode ser cumulativa - na medida em que a sua capacidade explicativa evolui com novas formulações ou com novas elaborações que dão conta de novas dificuldades apresentadas pela base empírica - ou degenerativa, quando a sucessão de teorias não consegue avançar em termos de capacidade de resolução de problemas postos pela empiria ou não formula novos avanços teóricos adequados aos desafios científicos postos ao programa.

Na sua teorização de 1979, Waltz (2002) a vê como progressiva na medida em que entende ser sua perspectiva sistêmica de teoria dotada de melhor capacidade explicativa que as teorias reducionistas. As teorias reducionistas seriam aquelas que vinculariam a origem das guerras à redução explicativa da natureza do homem e dos governos dos Estados. Waltz, portanto, identifica um refinamento da capacidade explicativa, bem como uma ampliação de compreensão da base empírica na sequência lógica da passagem das teorias reducionistas para as teorias sistêmicas. Verifica-se um raciocínio similar à sua elaboração primeva de 1954, embora nela não haja menção à perspectiva epistemológica de Lakatos. Neste argumento, é observado um aumento de capacidade explicativa ao se tomar como ponto de partida a insuficiência da primeira e da segunda

imagem<sup>7</sup> sucedida da terceira imagem como nível adequado.

Do ponto de vista metodológico, Waltz mantém a ampliação da perspectiva metodológica durkheimiana. Ou seja, raciocina de modo análogo a Durkheim: um fato social molda coletivamente a conduta de todos os indivíduos e na mesma linha o sistema internacional molda a ação dos Estados em perspectiva de tendência ao equilíbrio em termos de suas capacidades de poder e ações bélicas. A partir do que Waltz entende ser a experiência histórica, a estrutura, o sistema internacional tem no equilíbrio um princípio permanente de sua configuração (WALTZ, 2002).

Para uma conclusão parcial, depreende-se que não há grande relevância do interno para a explicação sistêmica do plano internacional. Em vista da preeminência da terceira imagem e das teorias sistêmicas, o plano interno é um ponto secundário no esforço teórico de Waltz para a compreensão de aspectos essenciais das relações internacionais voltadas ao seu caráter anárquico, identificado com a manifestação e o risco permanente da ocorrência de guerras.

### **3 Gramsci: o historicismo absoluto da relação lógica e orgânica do interno com o externo em ritmos distintos de desenvolvimento no plano global**

Existe quase nada em comum envolvendo Gramsci e Waltz. Há que se clarear que a perspectiva histórica de Gramsci não é a de Waltz. Não é compatível com o marxismo gramsciano a aceitação de uma anarquia internacional como retrato ampliado de uma natureza humana interesseira, egoísta, belicosa e imutável que transfere suas características para o além-fronteiras nas ações dos Estados. A historicização absoluta de Gramsci teria espaço eventualmente para um equilíbrio na ação política entre os Estados, desde que colocado na sua singularidade na relação de forças envolvendo o conflito de grupos sociais e frações de classe no plano internacional por trás dos Estados. No mesmo sentido da historicização absoluta, a incorporação, “tradução”<sup>8</sup> de Maquiavel ao construto de Gramsci rechaça a formulação da repetição da história e da inerente natureza humana imutável e ambiciosa do secretário florentino. Ainda nesta perspectiva, historicizar uma formulação ou categoria implica em discuti-la no nexos das transformações históricas, sem um único significado ou definição (GRAMSCI, 1975).

Na esquematização waltziana, os Estados sempre tenderam e tenderão ao equilíbrio de modo esquemático. No registro waltziano, a experiência histórica é pautada pela repetição; ponto totalmente excludente com a perspectiva de Gramsci.

Ademais, a perspectiva epistemológica de Waltz calcada no programa de pesquisa de Lakatos (1987) incorre em enorme anacronismo, uma ausência de lastro histórico específico. A fim de não alongar-se muito neste ponto, basta considerar a cronologia dos autores que emblemam cada uma das três imagens.

Do ponto de vista lakatosiano, é aceitável uma reconstrução racional da história da ciência de modo que um programa de pesquisa ou investigação tenha uma sequência cumulativa. É exatamente o que ocorre no esboço waltziano de uma perspectiva lakatosiana referente às três imagens. A reconstrução racional de Waltz pode contemplar uma certa cronologia, na medida em que Espinosa viveu entre 1632 e 1677. Sucede-o na segunda imagem, Immanuel Kant, que viveu entre 1724 e 1804 e teve sua obra lapidar “Para a paz perpétua” publicada em 1795. A terceira imagem, por sua vez, está associada a Rousseau, que viveu entre 1712 e 1778 e publicou “Do contrato social”, em 1762. É sabido que Kant fora leitor de Rousseau e não o inverso, sem falar que a cronologia das obras jamais autorizaria argumento de que a obra de Rousseau melhor responderia problemas não solucionados na obra de Kant. É o próprio Kant quem dá notícia em seu “Ideia universal de um ponto de vista cosmopolita”. Por exemplo, Kant (1989) escreve que uma ideia de uma federação de Estados rumo a uma paz duradoura seria algo digno do escárnio de Rousseau. Tal lógica, portanto, incorre em anacronismo histórico.

Voltando à análise de Gramsci, vários pontos poderiam ser registrados a fim de clarear sua perspectiva metodológica. Para os propósitos deste texto, registre-se a unidade orgânica entre local, regional, nacional e internacional considerando-se as especificidades destes planos.

Mencione-se alguns trechos importantes da obra carcerária e pré-carcerária de Gramsci voltados ao esboço de uma resposta ao problema enunciado no início deste artigo. Em primeiro lugar, a curta, mas relevante formulação de sua obra pré-carcerária datada de 1919: “O capitalismo é um fenômeno histórico mundial e seu desenvolvimento

desigual significa que as nações não podem estar no mesmo nível de desenvolvimento econômico ao mesmo tempo” (GRAMSCI apud MORTON, 2007, p. 1).

Em segundo lugar, um trecho do parágrafo 3, do caderno carcerário 13, provavelmente, conforme Francioni (1984), escrito em março de 1935:

As relações internacionais precedem ou seguem (logicamente) as relações sociais fundamentais? Indubitavelmente seguem. Toda inovação orgânica na estrutura modifica organicamente as relações *absolutas e relativas* no campo internacional, através de suas expressões técnico-militares. Até mesmo a posição geográfica de um Estado nacional não precede, mas segue (logicamente) as inovações estruturais, ainda que reagindo sobre elas numa certa medida (exatamente na medida em que as superestruturas reagem sobre a estrutura, a política sobre a economia, etc.). De resto, as relações internacionais reagem passiva e ativamente sobre as relações políticas (de hegemonia dos partidos) (GRAMSCI, 2000, p. 20, grifos do autor).

Em terceiro lugar, o trecho que tomará maior ênfase da análise; e por isso se justifica sua longa reprodução. Trata-se do caderno 17 do parágrafo 13, também elaborado possivelmente em março de 1935:

Na história real, estes momentos implicam-se reciprocamente, por assim dizer horizontal e verticalmente, isto é, segundo as atividades econômico-sociais (horizontais) e segundo os territórios (verticalmente) combinando-se e cindindo-se variadamente: cada uma destas combinações pode ser representada por uma própria expressão organizada econômica e política. Deve-se ainda levar em conta que estas relações internas de um Estado-Nação entrelaçam-se com as relações internacionais, criando novas combinações originais e historicamente concretas. Uma ideologia, nascida num país mais desenvolvido, difunde-se em países menos desenvolvidos, incidindo no jogo local das combinações. (A religião, por exemplo, sempre foi uma fonte dessas combinações ideológico-políticas nacionais e internacionais; e, com a religião, as outras formações internacionais, como a maçonaria, o Rotary Club, os judeus, a diplomacia de carreira, que sugerem recursos políticos de origem histórica diversa e os fazem triunfar em determinados países, funcionando como partido político internacional que atua em cada nação com todas as suas forças internacionais concentradas; mas religião, maçonaria, Rotary, judeus, etc., podem ser incluídos na categoria social dos “intelectuais”, cuja função, em escala internacional, é a de mediar entre os extremos, de “socializar” as descobertas técnicas que fazem funcionar toda atividade de direção, de imaginar compromissos e alternativas entre as soluções extremas). Esta relação entre forças internacionais e forças nacionais torna-se ainda mais complexa por causa da existência, no interior de cada Estado, de várias seções territoriais com estruturas diferentes e diferentes relações de força em todos os graus (assim, a Vendéia era aliada das forças reacionárias internacionais e as representava no seio da unidade territorial francesa; assim, na Revolução Francesa, Lyon representava uma conexão particular de relações, etc.) (GRAMSCI, 2000, p. 42-43).

Dos trechos acima, alguns pontos podem ser destacados. Além do reconhecimento de uma unidade global do capitalismo no início do século XX, Gramsci reconhece que os graus de desenvolvimento das forças da produção da vida são distintos, variam ente si. Portanto, na compreensão da totalidade e das especificidades em termos de história, o capitalismo expressa distintas temporalidades em termos do desenvolvimento das forças de produção da vida.

Um segundo ponto remete ao entendimento de que não há uma extensão idêntica do plano interno para o âmbito internacional. Neste último, tem-se que este plano segue logicamente as relações sociais fundamentais porque há no plano interno uma unidade orgânica entre Estado e sociedade civil, superestrutura e estrutura, aparelho coercitivo e lócus das relações sociais e econômicas que incidem sobre o que há além das fronteiras. Não se separam as transformações do plano interno daquelas de ordem técnica e militar no plano externo, assim como não se separa guerra e política; tampouco se desconsidera aqueles aspectos referentes à geografia e o ao espaço físico que possibilitam esse nexos lógico entre interno e externo, bem como as manifestações desiguais constantes no âmbito do capitalismo global. Seguir logicamente não é a reprodução em iguais termos, até porque não há, conforme Gramsci, uma sociedade civil e um Estado mundiais. Se existe tal unidade no plano interno dos países, o mesmo não pode ser aplicado ao além-fronteiras. Os tempos, as velocidades de transformação histórica no plano global e local podem diferir muito. Neste ponto, seguir logicamente acompanha estar atento para tais possibilidades, uma vez que as reações passiva e ativa a tais transformações passam por tais diferenças entre o plano interno e o plano externo. A busca pela hegemonia (direção com mais consenso e menos força no âmbito ético-político, moral, intelectual) envolve o conflito entre diferentes partidos no sentido *lato* (grupos sociais, classes e suas frações) também no nexos entre o âmbito endógeno e o âmbito exógeno dos Estados.

Avaliando a rica formulação do trecho citado do parágrafo 17 do caderno 13, pode-se chegar a várias formulações. A questão do espaço, da geografia, é ponto importante a ser considerado como nexos de causalidade em conjunto com as relações econômicas e sociais. Isso produz várias possibilidades em termos de diversidade histórica

quando em termos de particularidade histórica se considera as diferentes combinações envolvendo os planos interno e externo. Isso remete a ideias que podem ter seu nascedouro em países de maior avanço econômico e repercutir em países de menor expressão neste aspecto. Estas ideias e sua respectiva difusão por forças que atuam no âmbito da busca de construção do consenso (que não deve ser confundido com unanimidade ou ausência de conflitos e cisões) dentro dos Estados em suas sociedades civis sugerem a formação de partidos (não como organização política, mas em sentido mais amplo, *lato*) de alcance internacional. Os grupos e classes sociais associados à religião e à maçonaria podem desempenhar o papel de intelectuais. Não se tem em mente a definição comum de intelectual. A definição gramsciana considera que todos os homens são intelectuais, a despeito de somente alguns desempenharem tal função no sentido de organizar a vida e sua reprodução em conformidade com uma dada concepção de mundo.

As múltiplas possibilidades dos conflitos envolvem a atuação destas forças no plano internacional com os seus desdobramentos no âmbito doméstico. Tal atuação considera desigualdades e especificidades na sua concretização em face das distintas possibilidades referentes às combinações com o plano espacial, a localização e o papel que a inserção de cada agente coletivo exerce na relação com a sua posição no espaço de cada país.

O que Gramsci chama à atenção remete às várias possibilidades em termos de relações de força na construção dos conflitos históricos que consideram uma miríade de combinações envolvendo os mais distintos aspectos relacionados às relações econômicas e sociais, os grupos e classes sociais, as questões técnicas, políticas, militares, geográficas nas suas mais diferentes possibilidades em termos de diferenciação envolvendo os planos interno e externo. Note-se aqui não haver um padrão único envolvendo os Estados, até porque eles não são por si só agentes. Há grupos, frações, que agem envolvendo os Estados, ponto distinto da formulação de Waltz.

Ainda que Waltz (1986) tenha argumentado que sua preocupação não se direcionou para a dinâmica do funcionamento interno de um Estado e, por isso, não se preocupou com uma teoria do Estado e sim uma teoria das relações internacionais, tal argumento não encontra eco na

formulação gramsciana do parágrafo acima aludido.

O fato de forças nacionais atuarem em combinação com forças internacionais, seja como no caso da maçonaria, da religião etc., implica na unidade teórico-prática que subjaz a qualquer ação política. A ação prática daqueles que desempenham o papel de intelectuais parte de tal entendimento. O intelectual como indivíduo ou agrupamento ou classe ou fração, para Gramsci, guarda uma unidade teórico-prática ainda que ele possa somente ver a si próprio apenas na perspectiva prática. Não há cisão entre teoria e prática nem entre interno e externo. O nexo dialético entre todos estes pontos, cuja separação só é concebível metodologicamente, vai muito além de uma mera teoria das relações internacionais e incide como uma concepção teórico-prática mais ampla, global, com as devidas especificidades, conflitos, contradições etc.

Portanto, não há má teorização única para o interno e o externo conforme Gramsci, tampouco um único padrão que possa caracterizar, a rigor, uma teoria gramsciana das relações internacionais. Há, sim, nexos indissolúveis entre interno e externo calcados em particularidades históricas e conflitos de grupos, classes que aspiram pela hegemonia no interior das sociedades e em contexto ampliado, internacional. Tudo isso com devidos nexos lógicos, sem necessariamente um único formato. Há desenvolvimento diverso, diferentes ritmos das dimensões da produção da vida, considerando a riqueza da materialidade social, aí inclusa a questão da geografia.

#### 4 Conclusão

Buscou-se mostrar ao longo deste artigo, de modo sucinto, a irrelevância dos aspectos internos para aquela vertente que serviu de referência para o mais recente debate teórico no campo de conhecimento das relações internacionais. De acordo com tal perspectiva, não há nexo lógico entre o plano interno e o nível internacional na abordagem de Kenneth Waltz.

Por outro lado, a partir da perspectiva marxista de Gramsci e um cotejo crítico com o neorealismo de Waltz, buscou-se mostrar que há na formulação do comunista italiano um nexo lógico, não idêntico dentro das mais distintas possibilidades entre as diversas forças que atuam em conflito por trás dos Estados e no interior dos mesmos.

Em vista deste resumo, colocam-se algumas questões para discussões futuras. Até que ponto a

referência metodológica de Waltz calcada no retrato ampliado de uma sociedade no interior de um Estado não reforça a tese da necessidade do nexos lógico entre interno e externo com as devidas especificidades entre ambos, ainda que o autor norte-americano não reconheça tal relação? Como configurar as diferentes temporalidades entre interno e externo de modo mais específico na compreensão da análise da relação de forças conforme Gramsci?

Após esta brevíssima argumentação que está muito longe de encerrar a discussão proposta, entende-se que avançar nestes pontos contribuiria ainda mais para verificar fronteiras e continuidades entre o interno e o internacional ●

#### Notas:

(1) Consulte-se a respeito, Halliday (1999).

(2) Consulte-se, por exemplo, Cox (1981), Murphy (1994) e Rupert (1995).

(3) Os limites em questão apontam para a impossibilidade de captar o movimento de elaboração de Gramsci de sua obra carcerária com a constatação de textos de primeira redação, segunda redação e redação única. Além disso, as edições limitadas referidas contêm um agrupamento arbitrário de trechos de textos de Gramsci que dão a falsa impressão de um formato sistemático, que efetivamente não houve na sua obra carcerária. Palmiro Togliatti, o Secretário-Geral do Partido Comunista da Itália, o primeiro a publicar tais edições, dispôs os textos de forma a passar a imagem de um Gramsci stalinista, dentre outros pontos adequados à tática e estratégia do partido a partir dos anos 50 do século XX. As edições em língua inglesa consultadas pelos autores "gramscianos" ou "neogramscianos" possuem perfil semelhante às edições compiladas originalmente por Togliatti ou são traduções dessas mesmas edições do dirigente do Partido Comunista da Itália. Para os propósitos deste texto, usar-se-á como referência e citação de trechos traduzidos a edição brasileira (organizada por Carlos Nelson Coutinho) dos cadernos carcerários. Ela contempla apenas aqueles textos que Valentino Gerratana – organizador da edição crítica italiana dos Cadernos carcerários (GRAMSCI, 1975) classificou "B" e "C", respectivamente, textos de redação única (os quais Gramsci teve uma única escrita) e textos de segunda redação (que ele fez segunda escrita dos mesmos com reelaboração de seu conteúdo ou não). A edição brasileira em questão não contempla os textos de primeira redação, que Gerratana classificou como "A". Ainda que seja uma limitação metodológica nos estudos gramscianos, optou-se nesta reflexão por contemplar textos da edição brasileira referida e suas traduções. Considera-se a edição de Coutinho melhor do que as edições temáticas e antologias publicadas na Itália, nos países de língua inglesa e no Brasil. Sobre o ecletismo e a inacuracidade de Cox e alguns autores neogramscianos com relação às formulações de Gramsci e seu estatuto epistemológico, consultar Passos (2013).

(4) A título de exemplificação, consulte-se o trabalho de Saad-Filho e Ayers sobre a formulação eclética de Cox que a distancia em boa medida do marxismo com o uso de categorias em registro keynesiano e institucionalista (SAAD FILHO; AYERS, 2008).

(5) Definida como um conceito sociológico referente ao padrão de sociabilidade, de divisão do trabalho, valores e natureza do direito no interior de uma sociedade específica.

(6) Um relevante autor realista que vai nesta direção é Morgenthau (2003).

(7) A rigor, Waltz sustenta que a análise de Kant referente à segunda imagem é melhor de que a de Espinosa referente à primeira: "A análise de Kant, apesar de em alguns aspectos ser semelhante à de Espinosa, é a um só tempo mais complexa e mais sugestiva" (WALTZ, 2004)

(8) Tradução ou tradutibilidade ou traducibilidade é a ressignificação de um autor, conceito ou categoria a uma dada particularidade histórica e cultural de modo não mecânico, sob outros prismas. A tradução de diversas categorias e autores por Gramsci busca situá-los em termos de uma ressignificação compatível com o materialismo histórico. Ver a respeito em Baratta (2004).

#### Referências

- BARATTA, G. *As rosas e os cadernos: o pensamento dialógico de Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- COX, R. W. *Social forces, states and world orders: beyond international relations theory*. *Millenium*, London, v. 10, n. 2, p. 126-155, 1981.
- DURKHEIM, E. O que é fato social? In: RODRIGUES, J. A. *Durkheim*. São Paulo: Ática, 2000. p. 46-52.
- FRANCIONI, G.: *L'Officina Gramsciana: ipotesi sulla struttura del "Quaderni Del Carcere"*. Napoli: Bibliopolis, 1984.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3.
- GRAMSCI, A. *Quaderni del cárcere*. Torino: Einaudi, 1975.
- HALLIDAY, F. *Repensando as relações internacionais*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- KANT, I. *Political writings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- LAKATOS, I. *The methodology of scientific research programmes*. New York: Cambridge University Press, 1987. v. 1.
- MORGENTHAU, H. J. *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.
- MORTON, A. *Unravelling Gramsci: hegemony and passive revolution in the global political economy*. London: Pluto Press, 2007.
- MURPHY, C. *International organization and industrial change: global governance since 1850*. Cambridge: Polity Press, 1994.
- PASSOS, R. D. F. Gramsci e a teoria crítica das relações internacionais. *Novos Rumos*, Marília, v. 50, n. 2, p.1-19, 2013.
- ROUSSEAU, J. J. *Rousseau e as relações internacionais*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília: UnB, 2002.
- RUPERT, M. *Producing hegemony: the politics of mass production and American global power*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- SAAD FILHO, A.; AYERS, A. J. Production, class, and power in the neoliberal transition: a critique of coxian eclecticism. In: AYERS, A. *Gramsci, political economy and international relations theory*. New York: Palgrave Macmillan, 2008. p. 109-130.
- SKINNER, Q. Meaning and understanding in the history of ideas. *History and Theory*, Middletown, v. 8, n. 1, p. 3-53, 1969.
- WALTZ, K. Reflections on "Theory of International Politics": a response to my critics. In: KEOHANE, R. *The neorealism and its critics*. New York: Columbia University Press, 1986. p. 311-345.
- WALTZ, K. *Teoria das relações internacionais*. Lisboa: Gradiva, 2002.
- WALTZ, K. *O homem, o estado e a guerra: uma análise teórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

\* Professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Marília, e da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pós-Doutorado pelo Instituto de Economia da Unicamp e bolsista de Pós-Doutorado Sênior pelo CNPq.